



Anais do II Simpósio de Jornalismo e Ciência Política

Caruaru

2017

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-61176-25-9



9 788561 176259

Realização:



CHRISTIANE MARIA DA BOA VIAGEM OLIVEIRA
CRISTINA VILA NOVA DE VASCONCELOS
DIOGENES JOSÉ PEREIRA BARBOSA
PAULO RICARDO DE PAIVA E SOUZA
VANUCCIO MEDEIROS PIMENTEL

ANAIS DO II SIMPÓSIO DE JORNALISMO E CIÊNCIA POLÍTICA

1ª edição

Caruaru
Centro Universitário Tabosa de Almeida (Asces-Unita)
2017

Comissão Organizadora

Christiane Maria da Boa Viagem Oliveira

Cristina Vila Nova de Vasconcelos

Diogenes José Pereira Barbosa

Paulo Ricardo de Paiva e Souza

Vanuccio Medeiros Pimentel

Comissão Responsável pelos Anais

Christiane Maria da Boa Viagem Oliveira

Cristina Vila Nova de Vasconcelos

Diogenes José Pereira Barbosa

José Antônio Faro

Paulo Ricardo de Paiva e Souza

Os conteúdos publicados são de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores ainda que reservado a Comissão Responsável pelos Anais o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
DIVISÕES TEMÁTICAS	07
DEMOCRACIA, PODER E AUTORIDADE	07
ATIVISMO JUDICIAL E OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 COMO JUSTIÇA E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS	
Leilianne Francielle Silva e Luís Felipe Andrade Barbosa	08
JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E A NEGAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DA JORNALISTA RACHEL SHEHERAZADE ENTRE OS ANOS DE 2014 E 2016	
Glazia Gabriela Ferreira de Macêdo	10
JORNALISMO POLÍTICO E IDEOLOGIA	12
JORNALISMO IDEOLÓGICO NAS PÁGINAS DO JORNAL DO COMMERCIO: A DESCONSTRUÇÃO DO SEGUNDO GOVERNO DILMA ROUSSEFF ATRAVÉS DAS CHARGES	
Adauto Guedes Neto	13
KEEP ON SINGIN' OUR STRIPPED ARTPOP: AS GRANDES DIVAS E O CARÁTER POLÍTICO SOCIAL DA MÚSICA POP ANGLO-AMERICANA	
Dorgival Marques da Cunha e Thales Silva de Oliveira	15

APRESENTAÇÃO

Para o II Simpósio de Jornalismo e Ciência Política, o tema *Mídia e Regimes Autoritários* foi escolhido por sua pertinência na atualidade. Não é de hoje que os meios de comunicação são o primeiro alvo de políticos que governam com mão de ferro para impedir a disseminação de informações ou que os utilizam para que trabalhem a seu favor e de suas ideias.

A História está rica em exemplos como o uso da mídia pelo ditador Adolf Hitler para propagar e consolidar o Nazismo, ficando conhecida deste período a afirmação “repetir uma mentira até ela se tornar verdade” – atribuída ao seu ministro da propaganda. No Brasil recente, o trabalho dos censores nas redações da imprensa durante o regime autoritário militar impediu que muitos acontecimentos, que eram contrários ao regime, fossem conhecidos da população, além destes governos terem apoio de parte da grande mídia.

Podemos observar que, até mesmo regimes democráticos como o norte-americano, não escapam de uma certa relação de briga de poder com a mídia como é o caso do atual presidente eleito Donald Trump. Ele se utiliza de artifícios para não aceitar notícias publicadas, criando e acreditando em seus “fatos alternativos”. E isto não está acontecendo apenas nos EUA, mas em vários lugares. É o período da “pós-verdade”, de versões de fatos que valem mais que os próprios fatos. Assim, o Simpósio se propõe a debater estas e outras questões que possam contribuir para a reflexão da posição e do papel da mídia na atualidade.

Democracia, poder e autoridade.

Diante do momento histórico-político atual, parece que voltamos a assistir, em plena democracia, a uma política de “terrorismo de Estado” característica dos regimes autoritários ou, conforme análise contemporânea do filósofo italiano Giorgio Agamben, reconstrói-se atualmente a estrutura do “estado de exceção”, em que medidas de violência, abuso de poder e arbitrariedades penetram a democracia com caráter de legalidade e legitimidade. Outras vezes, os abusos de poder não se mascaram, pois já se encontram nitidamente revelados, através da falta de tolerância, de processos de ruptura institucional e de retrocessos aos direitos humanos. Desse modo, perscruta-se por novas bases necessárias ao processo de

(re)definição dos contornos da democracia pós-moderna, apresentando perspectivas viáveis à realização de mudanças do atual cenário.

Jornalismo político e ideologia

Como instrumento de reprodução da realidade, o jornalismo também é um espaço de informar sobre política, poder, de trazer notícias sobre o congresso, partidos e estados de poder da sociedade, bem como a luta por mudança social. É levar a opinião pública a conhecer “o que não é mostrado” e a debater temas polêmicos e controversos que afetam direta ou indiretamente a sociedade. No entanto, o jornalismo político também manifesta uma “visão de mundo”, uma ideologia de algum grupo ou classe social. Por meio da identificação de valores apresentados, é possível estudar o jornalismo político a partir da ideologia que manifesta e reconhecer o exercício de poder na própria prática do jornalismo político. Neste contexto, esta DT busca reunir estudos que abordam questões do jornalismo político e sua prática, a política como informação jornalística, o jornalismo como ideologia, o jornalismo político e ideologia, entre outros assuntos.

A Comissão Organizadora.

DIVISÕES TEMÁTICAS

**DEMOCRACIA, PODER
E AUTORIDADE**

ATIVISMO JUDICIAL E OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 COMO JUSTIÇA E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

Leilianne Francielle Silva

(Centro Universitário Tabosa de Almeida, Asces-Unita)

Luís Felipe Andrade Barbosa

(Centro Universitário Tabosa de Almeida, Asces-Unita)

A constituição define a ordem de organização, identidade e características de um Estado democrático de direito, ou seja, equilibrando a atuação do Estado para garantir ao cidadão os fundamentos e princípios que integram a Constituição Federal Brasileira de 1988 interligando a justiça e demonstrando em seus dispositivos os direitos humanos nos seus institutos. Observa-se nos Direitos Humanos Internacionais que estabelecem obrigações aos governos para agirem ou se absterem a depender do ato. A fim de proteger e promover o respeito e a integração de grupos ou condições humanas.

O estudo se alicerça pela revisão de literatura sobre o ativismo judicial e os direitos fundamentais fundamentados no ordenamento jurídico e a discussão da sua aplicabilidade na prática e a relação dos estudos filosóficos e sociais sobre os direitos humanos e justiça. Finalizando que o fundamento base dos direitos humanos é a dignidade da pessoa humana que se reitera como fundamento na ordem Constitucional.

Portanto, o direito é encarado como um grande conjunto de culturas que são normatizadas para organização de um povo que geram complicações por serem discutidas por várias ideologias, valores e princípios diferentes. E são esses aspectos que serão abordados neste trabalho como estudo dos princípios fundamentais e que introduzem o aspecto da organização do Estado como disposições constitucionais gerais através do constitucionalismo emancipatório que inter-relaciona os direitos promovendo a proteção básica para maior cooperativismo interacional humano na justiça social.

A gama de direitos que cuidam e disciplinam as regras para a atuação da soberania popular para contribuir ao exercício da liberdade de participação dos negócios

político do Estado, conferindo-lhe os atributos da cidadania. Já os direitos à existência, organização e participação em partidos políticos regulamentam para preservar os instrumentos necessários à preservação do Estado democrático de direito, assegurando autonomia e plena liberdade de desempenhar para concretizar o aparelho representativo.

Sendo a ideia de pacto social que cria a relação da legislação escrita e federalismo onde a sociedade garantidora do direito de participação política promovendo o caminho para a descentralização política compondo então todo esse sistema. Tal rigidez é necessária para poder haver uma estabilidade e garantir a separação de poderes no Estilo americano.

O estudo jurídico abordado será a comparação das ordens sociais e jurídicas. Ocorre que os temas de natureza sociais são extremamente valorados possibilitando um método hipotético-dedutivo onde serão discutidos no direito constitucional os efeitos do neoconstitucionalismo que abriram novos caminhos e garantindo a construção normativa de forma adequada. Conclui-se que a constituição e seus efeitos estipulam diretrizes não somente aos demais ramos do direito, mas também a toda ordem social garantindo a proteção ao indivíduo servindo como busca incessante da justiça social.

Palavras-chaves: Direitos Humanos. Constitucionalismo Emancipatório. Neoconstitucionalismo.

**JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E A NEGAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DA JORNALISTA RACHEL SHEHERAZADE
ENTRE OS ANOS DE 2014 E 2016**

Glazia Gabriela Ferreira de Macêdo

(Centro Universitário Tabosa de Almeida, Asces-Unita)

O objetivo crucial deste trabalho é discutir como a ausência de um efetivo processo de Justiça de Transição no Brasil deu margem ao atual discurso de negação dos Direitos Humanos presente em diversos setores da sociedade brasileira. Os indivíduos que proclamam tais sermões partem do pressuposto de que a devida aplicação desse direito só seria justa quando se referisse aos intitulados “cidadãos de bem”, aqueles que cumprem as normas impostas pelo Estado, e assim, conseqüentemente, os chamados “criminosos” são desumanizados, remetendo ao mesmo tratamento que acontecia na Ditadura Militar, com aqueles que não compactuavam com os militares, não se adequavam a ordem social vigente e, por esses motivos, eram reprimidos de forma horrenda.

No período autoritário, os indivíduos marginalizados eram os opositores políticos do regime, nos dias de hoje são jovens de periferia que ao infringirem a lei são penalizados arbitrariamente, se comparados à punibilidade dos indivíduos infratores de classes sociais mais favorecidas. Diante disso, este trabalho defende a ideia de que, a ineficácia do processo transicional brasileiro principalmente no tocante a consolidação do Direito à Memória e Verdade deu surgimento ao atual discurso contrário aos Direitos Humanos, que são vistos frequentemente na mídia. Nesse aspecto, será analisado um panorama a respeito do assunto, com base nas considerações de uma das maiores figuras midiáticas representante do mesmo, a jornalista Rachel Sheherazade, que usa argumentos polêmicos e sensacionalistas para criticar de forma corrompida e viciosa a ação dos defensores de Direitos Humanos, além de discutir e apoiar assuntos como a diminuição da maioria penal e a política repressiva, semelhante a dos militares no período autoritário, adotada pela Polícia Militar. Para tanto, será analisado os casos que mais repercutiram na mídia entre os anos de 2014 e 2016. A escolha do período pesquisado foi feita após a percepção de que nesta temporada a jornalista envolveu-

se em assuntos emblemáticos na grande mídia, os quais a proporcionaram um maior reconhecimento nacional.

A pesquisa utiliza referencial teórico focado em Direitos Humanos, Ciência Política e discursos midiáticos, enfatizando as reflexões coletadas no blog pessoal da jornalista destacada. O artigo conclui que argumentos contrários aos Direitos Humanos no Brasil, como os de Sheherazade, são reflexos dos discursos difundidos no período ditatorial brasileiro entre os anos de 1964 e 1985, que propagava a ideia de direitos como prerrogativas somente para os indivíduos que cumpriam as normas e conseqüentemente, respeitassem a ordem social, afastando a noção dos Direitos Humanos ser uma garantia fundamental inerente à dignidade de toda pessoa humana.

Palavras-chaves: Justiça de Transição. Ditadura Militar Brasileira. Direitos Humanos. Análise do Discurso.

DIVISÕES TEMÁTICAS

**JORNALISMO
POLÍTICO E
IDEOLOGIA**

JORNALISMO IDEOLÓGICO NAS PÁGINAS DO JORNAL DO COMMERCIO: A DESCONSTRUÇÃO DO SEGUNDO GOVERNO DILMA ROUSSEFF ATRAVÉS DAS CHARGES

Adauto Guedes Neto

(Faculdade do Belo Jardim, FBJ)

A transmissão da informação ou o objetivo de informar a sociedade sobre temas relevantes em suas diferentes dimensões, consideramos ser uma atividade basilar do jornalismo. No entanto, ao analisarmos a trajetória do jornalismo brasileiro, percebemos o caráter informativo cada vez mais cedendo espaço ao opinativo, desta feita, o que verificamos é que a informação parte de um “lugar social”, parte de uma ideia previamente estabelecida, transforma-se em mera opinião carregada de ideologias. Dentre os vários significados do termo ideologia, trabalhamos com tal conceito na perspectiva marxista, que a coloca dentre vários aspectos como a aparência de uma ideia absolutamente verdadeira, mas que por trás defende interesses de classe.

A história nos serve para colocarmos alguns exemplos, tais como a Alemanha nazista, a Era Vargas no Brasil, especialmente com Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, a censura à imprensa durante a ditadura militar brasileira (1964-1985) etc., bem como os ranços de tal modelo no Brasil atual.

A análise sobre o jornal impresso ou a análise discursiva através do mesmo, buscando sobretudo compreender seu viés ideológico, a partir da sua tomada de posições políticas presentes no Jornal do Comércio de Pernambuco contra a Presidenta Dilma Rousseff, a partir das charges publicadas no mencionado impresso, surgiu justamente, quando percebemos através do mesmo, uma maneira de tomar posição sobre a questão política brasileira de então, obedecendo um caminho ideológico de construção de uma verdade, que serve ao interesse de um determinado segmento social.

Poderíamos ter escolhido as principais reportagens ou manchetes das capas, talvez o editorial, mas preferimos as charges por trazer mensagens muitas vezes não-textuais e de fácil compreensão, sobretudo para a população não letrada e que está acompanhando o cotidiano da política nacional; e os veículos televisivos e impressos

de grande circulação fizeram questão de “informar” diariamente sobre o caos econômico e a CRISE, que atravessava o país no momento mencionado.

O objeto de nossa análise está posto no segundo Governo Dilma Rousseff, tendo como objetivo perceber dentre os fatores que confluíram para o processo que culminou com o seu impeachment, a participação de segmentos da mídia na busca por apoio popular para o projeto de desestabilização do seu Governo e conseqüentemente sua saída da presidência.

Para isso, vamos nos deter aqui a um dos estados da Federação: Pernambuco, um canal de comunicação: o Jornal do Comércio e um ambiente específico desse impresso: as charges. Sobretudo porque as charges têm uma comunicação direta com o leitor, facilitando a recepção da mensagem. Do ponto de vista metodológico iremos trabalhar com a interpretação do perfil ideológico do Jornal, a partir da análise de discurso, mas especialmente tendo como referencial o método da hermenêutica da profundidade.

Palavras-chave: História. Política. Jornalismo. Ideologia. Charges.

**KEEP ON SINGIN' OUR STRIPPED ARTPOP: AS GRANDES DIVAS E O CARÁTER
POLÍTICO SOCIAL DA MÚSICA POP ANGLO-AMERICANA**

Dorgival Marques da Cunha

(Centro Universitário Tabosa de Almeida, Asces-Unita)

Thales Silva de Oliveira

(Centro Universitário Tabosa de Almeida, Asces-Unita)

Essa proposta visa analisar o caráter político das músicas de divas pop frente construção do debate popular relacionado a pautas sociais como gênero, refúgio e direitos LGBTTQI. A música pop tem tido um forte caráter político nas relações interpessoais e internacionais ao se estabelecer como uma forma de promover conexões identitárias que se traduzem em engajamento político, de influenciar pensamentos assim como alertar para informações frente a diversas questões que atualmente se estabelecem como pautas para as juventudes, como por exemplo, questões de gênero, direitos LGBTTQI, refúgio, entre outras, servindo de empoderamento e afirmação frente a essas questões. Dessa forma, esse trabalho questiona como a música de grandes divas pop – com foco de pesquisa em cantoras anglo-americanas, devido ao status quo metanarrativamente hegemônico da cultura anglo-americana nas Relações Internacionais, assim como apontado nas perspectivas pós-modernas da disciplina – também serve de instrumento político frente a afirmação de questões que afetam e preocupam diretamente as juventudes e as agendas de direitos. Nesse sentido o trabalho busca analisar sob as bases teóricas da teoria pós-moderna e da sua perspectiva relativizada sobre a definição de política, o papel político-social da música, assim como, aprofundar o debate sobre a influência da música na opinião pública internacional mainstream anglo-saxônica a partir do método histórico investigativo, demonstrando-se a atuação diversos atores das RI e da expansão de ideias através da música. Por fim, serão levantados exemplos de caso sobre o papel exercido pelas grandes divas da música e cultura pop no fortalecimento e engajamento político de pautas como gênero, direitos LGBTTQI e refúgio tendo como objetivo geral analisar o papel da música pop como um instrumento político sobre o empoderamento de mensagens sociais relacionadas a pautas diversas através de exemplos de caso selecionados, para isso

então, serão também estabelecidos os elementos focos da pesquisa, através da escolha, como exemplos de caso, de três cantoras contemporâneas que trabalhem temas diversos e estejam politicamente envolvidas sobre os mesmos - escolhe-se a tríade a fim de evitar leituras dicotômicas - caso apenas dois exemplos fossem selecionados - mas que também consiga ser focada e atingível nos moldes de um artigo científico. Será utilizada a abordagem analítica sociológica sobre as composições das músicas contextualizadas em um espaço temporal e recortes sociais especificados através de discursos, entrevistas e artigos científicos que abordem estes contextos de produção e lançamento das canções e artistas trabalhados. Este trabalho pretende, então, contribuir na compreensão teórica do engajamento político promovido através da música pop, assim como os movimentos de afirmação de identidades relacionados a mesma.

Palavras-chave: Divas pop. Pós-modernidade. Música. Política.